Demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 e relatório do auditor independente



Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração do Grupo Econômico Balbo submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras combinadas referentes ao exercício social findo em 31 de março de 2019, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e auditadas por auditores independentes.

Contexto Macroeconômico

O exercício findo em 31 de março de 2019 foi caracterizado por um período de queda do PIB em relação às projeções anteriores, ainda que de forma moderada. Ainda em alinhamento ao exercício de 2018, no exercício encerrado em 2019 convivemos com uma menor taxa de juros, pequeno aumento ao crédito, porém mantida a incerteza dos investidores.

Contexto do Grupo

Todo o setor sucroenergético tem sido afetado, nos últimos anos, por impactos climáticos, aumento no preço dos insumos agrícolas e industriais.

Independente destes impactos, neste exercício tivemos um aumento de 3,19% na moagem de cana-de-açúcar e aumento de 4,03% na produção industrial, em relação ao exercício anterior. Parte disso, é atribuído a uma melhora na produtividade agrícola, a qual continua sendo um fator de destaque do grupo.

Em relação aos outros negócios do Grupo Balbo, a estratégia de diversificação e agregação de valor contribuiu para o resultado apresentado. A Native continuou sua trajetória de crescimento e a expansão de sua linha de produtos solidificando-se como a marca de referência no mercado de produtos orgânicos no Brasil. Continuamos ainda com o empreendimento imobiliário Jardim Veneto em Sertãozinho e estamos em estágio avançado em um novo projeto imobiliário também no Município de Sertãozinho denominado Vila Sicília, além de análise de outras alternativas neste segmento na região.

Como consequência, encerramos o exercício com resultado positivo que, apesar de um ano extremamente desafiador, sinaliza que nossas diretrizes e ações operacionais e estratégicas foram acertadas. Neste período de retração de mercado, focamos nossos esforços na eficiência operacional, na preservação do caixa, na gestão de riscos e manutenção do extenso rol de certificações. A gestão financeira manteve o foco na redução do endividamento, que pode ser observado neste último ano, além da gestão de risco voltada para as oscilações de preços.

Importante destacar que mantivemos todos nossos programas de treinamento e desenvolvimento dos nossos colaboradores, tanto de cunho técnico como comportamental, além de manter nossa política de doações a entidades beneficentes e culturais da região.

Nosso histórico de cumprimento de acordos (mesmo em momentos de crise) e nossa transparência nas relações, aliados a forte gestão da carteira, com contínuo monitoramento financeiro, tem possibilitado ao Grupo Econômico Balbo acessar linhas de crédito junto as maiores instituições financeiras do país, as quais vêm mantendo posições e operações importantes e de longo prazo junto a nossa organização, com taxas de juros competitivos em relação às praticadas no mercado, aliados à redução do endividamento líquido em todas as unidades do Grupo.

Enfim, é com este espírito de buscar continuadamente melhorias e com uma visão de longo prazo, que superamos os vários desafios encontrados na safra 2018/2019 e acreditamos estar melhor preparados para enfrentar as futuras safras.

Aproveitamos para agradecer aos fornecedores pela confiança; aos clientes pela preferência; aos colaboradores pelo empenho, dedicação e talento; e às instituições financeiras e aos acionistas pelo apoio e confiança.

Sertãozinho, 5 de julho de 2019.

Presidente e Diretoria



Relatório do auditor independente

Aos Administradores e Acionistas Grupo Econômico Balbo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do Grupo Econômico Balbo (conforme definido na Nota 3(a)), que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira combinada do Grupo Econômico Balbo em 31 de março de 2019, o desempenho combinado de suas operações e os seus fluxos de caixa combinados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas". Somos independentes em relação ao Grupo Econômico Balbo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Combinação das demonstrações financeiras

Chamamos atenção para a Nota 3(a) às demonstrações financeiras combinadas, que descreve que as entidades incluídas nessas demonstrações financeiras combinadas não são operadas como uma única entidade legal. Essas demonstrações financeiras combinadas não são, portanto, necessariamente indicativas dos resultados que seriam obtidos se essas tivessem operado como uma única entidade legal durante o exercício ou indicativas de resultados futuros. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras combinadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras combinadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras combinadas

A administração do Grupo Econômico Balbo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Grupo Econômico Balbo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a não ser que a administração pretenda liquidar as entidades ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Grupo Econômico Balbo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras combinadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras combinadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos
 procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos
 opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo Econômico Balbo. Avaliamos a adequação das
 políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações
 feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Grupo Econômico Balbo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo Econômico Balbo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 5 de julho de 2019

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Maurício Cardoso de Moraes

Contador CRC 1PR035795/O-1 "T" SP

Índice

Bala	lanço patrimonial combinado	2
	monstração combinada do resultado	3
	monstração combinada do resultado abrangente	4
	monstração combinada das mutações do patrimônio líquido	5
	monstração combinada dos fluxos de caixa	6
Not	tas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas	
1	Contexto operacional	
2	Entidades do grupo	
3	Base de preparação	
4	Mudanças nas políticas contábeis e divulgações	
5	Principais políticas contábeis	
6	Ativo contingente	
7	Determinação do valor justo	
8	Caixa e equivalentes de caixa	
9	Contas a receber - Clientes	
10	Contas a receber - Cooperativa	23
11	Estoques	
12	Ativos biológicos	24
13	Impostos a recuperar	
14	Ativos e passivos fiscais diferidos	
15	Outras divulgações sobre o fluxo de caixa	
16	Investimentos	
17	Imobilizado	28
18	Fornecedores	
19	Empréstimos e financiamentos	
20	r	
21	Provisão para contingências	32
22	Instrumentos financeiros	
23	Partes relacionadas	
24	Patrimônio Líquido	40
25	Receita operacional	
26	Despesas operacionais por natureza	
27	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	
28	Financeiras e cambiais, líquidas	
29	Compromissos de compra	
30		
31	Cobertura de seguros	43

Balanço patrimonial combinado em Em milhares de reais

Ativo	Nota	31/03/2019	31/03/2018	Passivo	Nota	31/03/2019	31/03/2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	294.528	302.887	Fornecedores	18	54.103	37.707
Títulos de capitalização	8	679	330	Empréstimos e financiamentos	19	239.953	336.359
Contas a receber - Clientes	9	70.478	59.401	Financiamentos Cooperativa	19	-	29.499
Contas a receber - Cooperativa	10	63.409	71.139	Impostos e contribuições a recolher		9.213	12.812
Estoques	11	112.085	90.009	Salários e contribuições sociais		29.885	28.912
Ativo biológico	12	145.095	127.764	Demais passivos	20	6.229	7.570
Adiantamentos a fornecedores		4.174	6.242	·			
Impostos a recuperar	13	77.200	64.512			339.383	452.859
Demais ativos		1.420	1.492	Não Circulante			
				Empréstimos e financiamentos	19	463.246	385.000
		769.069	723.776	Financiamentos Cooperativa	19	56.516	57.702
Não Circulante				Impostos e contribuições a recolher		2.625	2.814
Contas a receber - Clientes	9	20.045	22.167	Demais passivos	20	16.390	21.909
Impostos a recuperar	13	37.999	30.961	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	54.200	35.162
Depósitos Judiciais		10.437	9.121	Provisão para contingências	21	3.587	3.841
Demais ativos		743	748				
Investimentos	16	29.834	30.334			596.564	506.428
lmobilizado	17	666.927	624.655				
Intangível		841	2.684	Total do passivo		935.947	959.287
		766.825	720.671	Patrimônio líquido	24		
				Capital social		492.564	407.278
				Reserva legal		29.961	24.162
				Efeito adoção CPC 43		(23.411)	(25.199)
				Dividendos a deliberar		100.834	78.919
				Total do patrimônio líquido		599.948	485.160
Total do ativo		1.535.895	1.444.447	Total do passivo e patrimônio líquido		1.535.895	1.444.447

Demonstração combinada do resultado Exercícios findos em

Em milhares de reais

	Nota	31/03/2019	31/03/2018
Receitas	25	1.053.075	1.016.736
Custos dos produtos vendidos		(726.417)	(661.875)
Lucro bruto		326.658	354.861
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas	26	(77.442)	(71.574)
Administrativas e gerais	26	(60.264)	(54.286)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	23.096	(9.670)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		212.047	219.331
Receitas financeiras		20.728	14.910
Despesas financeiras		(69.168)	(75.763)
Variação cambial, líquida		(1.856)	(5.559)
Financeiras e cambiais, líquidas	28	(50.296)	(66.412)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		161.752	152.919
Imposto de renda e contribuição social correntes		(24.945)	(28.665)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(19.038)	(22.855)
Lucro líquido do exercício		117.769	101.399

Demonstração combinada do resultado abrangente Exercícios findos em Em milhares de reais

	31/03/2019	31/03/2018
Lucro líquido do exercício Outros resultados abrangentes	117.769	101.399
Resultado abrangente total do exercício	117.769	101.399

Demonstração combinada das mutações no patrimônio líquido Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Dividendos a deliberar	Efeito adoção CPC 43	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2017	385.294	7.771	19.523	-	(25.929)	(2.432)	384.227
Aumento de capital social conforme AGO/E de 28 de julho de 2017	21.984	-	-	(21.984)	-	-	-
Absorção de prejuízo com reserva legal	-	(7.771)	-	-	-	7.771	-
Amortização ativo diferido efeito adoção CPC 43 (Nota 2)	-	-	-	-	730	(730)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	101.399	101.399
Destinações:							
Reserva legal	-	-	4.639	-	-	(4.639)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(466)	(466)
Dividendos a deliberar		<u>-</u>		100.903	<u> </u>	(100.903)	
Saldos em 31 de março de 2018	407.278	-	24.162	78.919	(25.199)	-	485.160
Aumento de capital social conforme AGO/E de 27 de julho de 2018	85.286	-	-	(85.286)	-	-	-
Dividendos complementares	-	-	-	(2.401)	-	-	(2.401)
Amortização ativo diferido efeito adoção CPC 43 (Nota 2)	-	-	-	-	1.788	(1.788)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	117.769	117.769
Destinações:							
Reserva legal	-	-	5.799	-	-	(5.799)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(580)	(580)
Dividendos a deliberar		<u> </u>		109.602	<u> </u>	(109.602)	
Saldos em 31 de março de 2019	492.564	-	29.961	100.834	(23.411)	<u> </u>	599.948

Demonstração combinada dos fluxos de caixa Exercícios findos em

Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais 152.919 Resultado de exercicio aries do imposto de renda e contribuição social 158.763 Ajustos para: 158.763 168.649 Ajustos para: (14.50) 93.4 Desprecisção e amortização (14.50) 93.4 Resultadora haixa de ativo impolitizado (14.73) 69.69 Mudança no valor justo de ativos biológicos (12.77.64 66.65 Juros e variapões cambiais provisionados 61.773 67.201 Constituição (reversão) de proxisão para contribgências (2.64) (1.321) Constituição (reversão) de proxisão para estrujeados (6.680) 541 Provisão para estoques obseidos para contribgências (2.171) 992 Provisão para estoques obseidos para contribgências (2.171) 992 Cariação de ativos e passivos (2.171) 992 Estoques (2.171) 992 Estoques (2.171) 992 Estoques (2.1999) (8.808) Impostos a rocuperar (19.70) (2.20.20 Calcata a recupera (2.171) <t< th=""><th></th><th>31/03/2019</th><th>31/03/2018</th></t<>		31/03/2019	31/03/2018
Ajustes para: 152.918 Ajustes para: 158.763 166.649 Resultado na baixa de ativo limbilizado 1158.763 166.649 Resultado na baixa de ativo limbilizado (1.450) 934 Mudança no vadir justo de ativos biológicos (8.43) (70.247) Diminuição do ativo biológico devido a colheita de cana-de-açúcar 127.764 96.695 Juros e variações cambiais provisionados (254) (1.321) Constitução (reversão) de provisão para contingências (264) (1.321) Pordas não realizadas com instrumentos financeiros derivativos (660) 541 Provisão para estoques obsoletos (167) 34 Provisão para estoques obsoletos (2171) 992 Estoques (21190) (8.08) Estoques (2199) (8.08) Impostos a recuperar (2197) 92 Cativa a receber (2197) 92 Estoques (77 (1.164) Demais a recuperar (2197) (298) Demás passi sudicias (2193) (232) Depó	Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Depreziação e amortização 18.8 763 98.9 Resultadon no baixa de ativo imbilizado (14.450) 99.8 Mudança no vaior justo de altivos biológicos (84.813) (70.247) Diminuíção do altivo biológico de vido a colheita de cana-de-açúcar 61.773 67.201 Diminuíção do altivo provisionados (6.680) 541 Porta são para astoques obsoletos (6.680) 541 Provisão para astoques obsoletos 946 - Provisão para astoques obsoletos 946 - Variação de ativos e passivos 21.990 (9.808) Contas a receber (21.909) (9.808) Estoques (21.909) (9.808) Impostos a recuperar (19.76) (2.022 Adiantamentos a fornecedores 2.088 (2.958) Denias ativos 11.316 (670) Denias ativos 17.316 (670) Saláros e contribuíções socials 18.32 3.32 Pornecedores 19.33 3.93 Salar posso un recebidos (7.517) (7.517) Direce	·	161.752	152.919
Resultado na baixa de alto imobilizado (1.450) 934 Mudança no valor justo de altos biológicos (84.813) (70.247) Diminução do alto biológico devido a colhelta de cana-de-açúcar 127.764 96.685 Juros e variações cambilas provisionados (254) (1.321) Perdas não realizadas com instrumentos financeiros derivativos (66.890) 541 Provisão para estoques obsoletos (767) 34 Provisão para estoques obsoletos (21.909) (9.808) Provisão para devedores duridosos (21.909) (9.808) Conta a receber (21.909) (9.808) Estoques (21.909) (9.808) Impostos a recupera (19.726) 2.022 Adiantamentos a fornecedores (2.968) (2.958) Demáis alhos (7.116) (67.77) (1.184) Depósitos judiciais (1.316) (670) Fornecedores 16.996 (8.838) Salários e contribuições sociais 37.3 2.046 Popósitos judiciais (1.316) (67.01) Calixa igrada pelas altividades o	Ajustes para:		
Mudança no velor justo de altivos biológicos (84.181) (70.247) Ohininuíção do altivo biológico devido a colheita de cana-de-açúcar 127.764 96.685 147.764 96.685 147.764 96.685 147.764 96.685 147.764 1	Depreciação e amortização	158.763	166.649
Diminução do ativo biológico devido a colheita de cana-de-açucar 127.764 96.85 Junos e variações cambilais provisionados (254) (1.321) Constitução (reversão) de provisão para contingências (254) (1.321) Perdas año realizadas com instrumentos financeiros derivativos (167) 34 Provisão para estoques obsoletos (167) 34 Provisão para estoques obsoletos (2170) 992 Contas a recupera (21,909) (9.808) Impostos a recuperar (21,909) (9.808) Impostos a recuperar (2,088) (2,958) Demais ativos 77 (1,141) Depósitos judiciais (1,316) (670) Fornecedores (3,788) (28,382) Salários e contribuíções sociais 973 2,046 Impostos e contribuíções sociais 3,783 3,332 Demais apassivos (9,839) 16,343 Caixa gerado pelas atividades operacionais 378,399 395,138 Juros pagos ou recebidos (67,116) (76,178) Impostos de renda e contribuíções culturais	Resultado na baixa de ativo imobilizado	(1.450)	934
1773 67.201 1773 1773 17.201	Mudança no valor justo de ativos biológicos	(84.813)	(70.247)
Constituição (reversão) de provisão para contingências (5.88) 5.41 Perdas año realizadas com instrumentos financeiros derivativos (6.880) 5.41 Provisão para estoques obsoletos 946 - 3 Variação de ativos e passivos (2.171) 992 Estoques (21,719) 9.808 Estoques (19,726) 2.022 Adiantamentos a fomecedores (19,726) 2.022 Adiantamentos a fomecedores 77 (1.184) Demáis átivos 77 (1.184) Depósitos judiciais 16,396 (28,38) Fornecedores 16,396 (28,38) Saláros e contribuições sociais 16,396 (28,38) Saláros e contribuições a recolher (3,788) 3,33 Demais passivos (9,839) 16,346 Caixa gerado pelas atividades operacionais 378,399 395,138 Impostos e contribuições orcial pagos (67,116) (76,178) Imposto e de remáis de remáis de remáis mentos (60,28) (57,517) Aquisição de investimentos (60,28) (57,517)			
Perdas não realizados com instrumentos financeiros derivativos (6.680) 541 Provisão para electuques obsoletos (16.67) 34 Provisão para electuques dividosos (16.67) 34 Provisão para electuques (17.77) 34 Provisão para electuques (17.79) 34 Provisão para electuques (17.78) 34 Provisão para electuques (17.316) 34 Provisão para electuques (18.396) 34 Provisão para electuques (18.396) 34 Provisão para electuques (18.396) 35 Provisão para electuque (18.396) 35 Provisão para electuq	· ·		
Provisão para estoques obsoletos (167) 34 Provisão para devedores duvidosos 946 - Variação de ativos e passivos 2 Contas a receber (2.171) 992 Estoques (21,909) (9,808) Impostos a recuperar (19,726) 2.022 Adiantamentos a fomecedores 2.088 (2,958) Demais ativos 77 (1,184) Demais ativos 16,309 (80,80) Formecedores 16,309 (28,308) Salários e contribuições sociais 973 2.046 Impostos e contribuições a recolher (33,78) 3.332 Demais passivos (80,39) 16,343 Caixa gerado pelas atividades operacionais 378.399 395.138 Luros pagos ou recebidos (67,116) (76.178) Imposto de renda e contribuição social pagos (24,945) (28.685) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 286.338 290.295 Fluxos de caixa das atividades de investimentos (0 (29.20) Aquisição de investimentos		, ,	, ,
Provisão para devedores duvidosos Section Provisão para devedores duvidosos Para devedores duvidosos Para devedores Para devedores		• • •	
Variação de ativos e passivos (2.171) 992 Estoques (2.1909) (9.808) Impostos a recuperar (19.756) 2.022 Adiantamentos a fomecedores 2.068 (2.958) Demáis ativos 77 (1.184) Depósitos judicials (1.316) (670) Fornecedores 16.366 (28.382) Salários e contribuições sociais 973 2.046 Impostos e contribuições a recolher (3.788) 3.32 Demais passivos (9.839) 16.346 Caixa gerado pelas atividades operacionals 378.399 395.138 Juros pagos ou recebidos (67.116) (76.178) Imposto de renda e contribuição social pagos (24.945) (28.665) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 286.338 290.295 Fluxos de caixa das atividades de investimentos (60.282) (57.517) Aquisição de ativo intoblitzado (50.00) (2.980) Aquisição de ativo intoblitzado 3.004 1.996 Aquisição de ativo intoblitzado 3.004 1.	·	, ,	34
Contas a receber (21.171) 992 Estoques (21.090) (9.808) Impostos a recuperar (19.726) 2.022 Adiantamentos a fornecedores 2.068 2.988) Demais attivos 77 (1.184) Depósitos judiciais (1.316) (670) Fornecedores 16.396 (28.382) Salários e contribuições a recolher (3.788) 3.332 Demais passivos (9.839) 16.343 Caixa gerado pelas atividades operacionais 378.399 395.138 Juros pagos ou recebidos (67.116) (76.178) Impostos de renda e contribuição social pagos (67.116) (76.178) Imposto de renda e contribuição social pagos (67.116) (76.178) Imposto de renda e contribuição social pagos (60.282) (28.605) Caixa liquido gerado pelas atividades de investimentos 286.338 290.295 Fluxos de caixa das atividades de investimentos (60.282) (57.517) Aquisição de ativo imobilizado (9.984) (16.2827) Valoir recebido na alienação de ativo imobilizado </td <td>Provisao para devedores duvidosos</td> <td>946</td> <td>-</td>	Provisao para devedores duvidosos	946	-
Estoques (21,009) (9,808) Impostos a recuperar (19,726) 2,022 Adiantamentos a fomecedores 2,068 (2,958) Demáis ativos (1,316) (670) Depósitos judíciais (13,316) (670) Fomecedores 16,396 (28,382) Salários e contribuições sociais 973 2,046 Impostos e contribuições a recolher (3,788) 3,332 Demáis passivos (8,839) 16,343 Caixa gerado pelas atividades operacionais 378,399 395,138 Juros pagos ou recebidos (67,116) (76,178) Imposto de renda e contribuição social pagos (67,116) (76,178) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 286,338 290,295 Fluxos de caixa das atividades de investimentos Aquisição de ativos biológicos (tratos culturais) (60,282) (57,517 Aquisição de ativos biológicos (tratos culturais) (60,282) (57,517 Aquisição de ativos biológicos (tratos culturais) (60,282) (57,517 Aquisição de ativos biológicos (tratos culturais)	· ·		
Impostos a recuperar (19.726) 2.022 Adiantamentos a fornecedores 2.068 (2.958) (2.		, ,	
Adiantamentos a fomecedores 2.068 (2.958) Demais ativos 77 (1.846) Depósitos judíciais (1.316) (670) Fornecedores 16.396 (28.382) Salários e contribuições sociais 973 2.046 Impostos e contribuições a recolher (3.788) 3.332 Demais passivos (9.839) 16.343 Caixa gerado pelas atividades operacionais 378.399 395.138 Juros pagos ou recebidos (67.116) (76.178) Imposto de renda e contribuição social pagos (67.116) (76.178) Caixa liquido gerado pelas atividades operacionais 286.338 290.295 Fluxos de caixa das atividades de investimentos (60.282) (57.517) Aquisição de ativo imbilizado (60.282) (57.517) Aquisição de ativo imbilizado 19.954 (162.827) Valor receibdo na alienação de ativo imbilizado 3.084 1.936 Aquisição de ativo intangivel 1.843 (23) Caixa liquido aplicado nas atividades de investimentos (245.810) (221.411) <tr< td=""><td>·</td><td>• ,</td><td>, ,</td></tr<>	·	• ,	, ,
Denais ativos 77 (1.186) 670 Depósitos judiciais (1.316) (670) 670 Fornecedores 16.396 (28.382) 28.382) Salários e contribuições sociais 973 2.046 Impostos e contribuições a recolher (3.788) 3.332 Demais passivos (9.839) 16.343 Caixa gerado pelas atividades operacionais 378.399 395.138 Juros pagos ou recebidos (67.116) (76.178) Imposto de renda e contribuição social pagos (24.945) (28.665) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 286.338 290.295 Fluxos de caixa das atividades de investimentos Aquisição de ativo biológicos (tratos culturais) (60.282) (57.517) Aquisição de ativo imobilizado (190.954) (162.827) Valor recebido na alienação de ativo imobilizado (190.954) (162.827) Valor recebido na alienação de ativo imobilizado (245.810) (221.411) Fluxos de caixa das atividades de financiamentos Empréstimos e financiamentos bancários tomados 294.814			
Depositos judiciais (1.316) (670) Fornecedores 16.396 (28.382) Salários e contribuições sociais 973 2.046 Impostos e contribuições a recolher (3.788) 3.332 Demais passivos (9.839) 16.343 Caixa gerado pelas atividades operacionais 378.399 395.138 Juros pagos ou recebidos (67.116) (76.178) Imposto de renda e contribuição social pagos (67.116) (76.178) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 286.338 290.295 Fluxos de caixa das atividades de investimentos 286.338 290.295 Fluxos de caixa das atividades de investimentos (57.517) 47.20 Aquisição de aitvo imobilizado (90.954) (162.827) Valor recebido na allenação de ativo imobilizado (90.954) (162.827) Valor recebido na allenação de ativo imbilizado (30.084) 1.936 Aquisição de ativo intangivel (245.810) (221.411) Fluxos de caixa das atividades de financiamentos (245.810) (221.411) Empréstimos e financiamentos bancários tomados			, ,
Fornecedores 16.396 (28.382) Salários e contribuições sociais 973 2.046 Impostos e contribuições a recolher (3.788) 3.332 Demais passivos (9.839) 16.343 Caixa gerado pelas atividades operacionais 378.399 395.138 Juros pagos ou recebidos (67.116) (76.178) Imposto de renda e contribuição social pagos (24.945) (28.665) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 286.338 290.295 Fluxos de caixa das atividades de investimentos (60.282) (57.517) Aquisição de ativos biológicos (tratos culturais) (60.282) (57.517) Valor recebido na alienação de ativo imobilizado 3.084 1.936 Aquisição de ativo intengivel 3.084 1.936 Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (245.810) (221.411) Fl			, ,
Salários e contribuições sociais 973 2.046 impostos e contribuições a recolher (3.788) 3.332 impostos e contribuições a recolher (9.839) 16.343 Demais passivos (9.839) 16.343 20.839 impostos de contribuição social pagos 378.399 395.138 Juros pagos ou recebidos Imposto de renda e contribuição social pagos (67.116) (76.178) (76.178) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 286.338 290.295 Fluxos de caixa das atividades de investimentos 86.338 290.295 Aquisição de ativos biológicos (tratos culturais) (60.282) (57.517) Aquisição de ativos inibilizado (190.954) (162.827) Aquisição de ativo imobilizado 3.084 1.936 Aquisição de ativo intangivel 1.843 (23) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (245.810) (221.411) Fluxos de caixa das atividades de financiamentos (245.810) (221.411) Fluxos de caixa das atividades de financiamentos (245.810) (221.411) Fluxos de caixa das atividades de financiamentos (245.810) (221.411) Fluxos de caixa das atividad	·	, ,	, ,
Impostos e contribuições a recolher (3.788) 3.332 Demais passivos (9.839) 16.343 Caixa gerado pelas atividades operacionais 378.399 395.138 Juros pagos ou recebidos (67.116) (76.178) Imposto de renda e contribuição social pagos (24.945) (28.665) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 286.338 290.295 Fluxos de caixa das atividades de investimentos (60.282) (57.517) Aquisição de ativos biológicos (tratos culturais) (80.282) (19.290) Aquisição de ativos inobilizado (, ,
Demais passivos (9.839) 16.343 Caixa gerado pelas atividades operacionais 378.399 395.138 Juros pagos ou recebidos (67.116) (76.178) Imposto de renda e contribuição social pagos (24.945) (28.665) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 286.338 290.295 Fluxos de caixa das atividades de investimentos 8.60.282) (57.517) Aquisição de ativos biológicos (tratos culturais) (60.282) (57.517) Aquisição de ativo imobilizado 500 (2.980) Aquisição de ativo imobilizado (190.954) (162.827) Valor recebido na alienação de ativo imobilizado 3.084 1.936 Aquisição de ativo intangivel 1.843 (23) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (245.810) (221.411) Fluxos de caixa das atividades de financiamentos 294.814 298.656 Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal (343.700) (271.933) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (48.886) 26.723 Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa (8.359) 95			
Caixa gerado pelas atividades operacionais 378.399 395.138 Juros pagos ou recebidos (67.116) (76.178) Imposto de renda e contribuição social pagos (24.945) (28.665) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 286.338 290.295 Fluxos de caixa das atividades de investimentos (60.282) (57.517) Aquisição de ativos biológicos (tratos culturais) 60.282) (57.517) Aquisição de investimentos 500 (2.980) Aquisição de ativo imobilizado (190.954) (162.827) Valor recebido na alienação de ativo imobilizado 3.084 1.936 Aquisição de ativo intangivel 1.843 (23) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (245.810) (221.411) Fluxos de caixa das atividades de financiamentos 294.814 298.656 Empréstimos e financiamentos bancários tomados 294.814 298.656 Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal (343.700) (271.933) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (48.886) 26.723 Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa (· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	• • •	
Juros pagos ou recebidos (67.116) (76.178) Imposto de renda e contribuição social pagos (24.945) (28.665) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 286.338 290.295 Fluxos de caixa das atividades de investimentos 40.282 (57.517) Aquisição de ativos biológicos (tratos culturais) (60.282) (57.517) Aquisição de ativo imobilizado 500 (2.980) Aquisição de ativo imobilizado 3.084 1.936 Aquisição de ativo intangivel 3.084 1.936 Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (245.810) (221.411) Fluxos de caixa das atividades de financiamentos 294.814 298.656 Empréstimos e financiamentos bancários tomados 294.814 298.656 Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal (343.700) (271.933) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (48.886) 26.723 Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa (8.359) 95.606 Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa 302.887 207.281 No fim do exercício 294.528	Definals passivos	(9.639)	10.343
Imposto de renda e contribuição social pagos (24.945) (28.665) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 286.338 290.295 Fluxos de caixa das atividades de investimentos 4 <	Caixa gerado pelas atividades operacionais	378.399	395.138
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 286.338 290.295 Fluxos de caixa das atividades de investimentos 4quisição de ativos biológicos (tratos culturais) (60.282) (57.517) Aquisição de ativo imobilizado (190.954) (162.827) Aquisição de ativo imobilizado 3.084 1.936 Aquisição de ativo intangivel 1.843 (23) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (245.810) (221.411) Fluxos de caixa das atividades de financiamentos 294.814 298.656 Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal (343.700) (271.933) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (48.886) 26.723 Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa (8.359) 95.606 Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa 302.887 207.281 No finicio do exercício 294.528 302.887 207.281	Juros pagos ou recebidos	(67.116)	(76.178)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos Aquisição de ativos biológicos (tratos culturais) (60.282) (57.517) Aquisição de investimentos 500 (2.980) Aquisição de ativo imobilizado (190.954) (162.827) Valor recebido na alienação de ativo imobilizado 3.084 1.936 Aquisição de ativo intangivel 1.843 (23) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (245.810) (221.411) Fluxos de caixa das atividades de financiamentos 294.814 298.656 Pagamentos e financiamentos bancários tomados 294.814 298.656 Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal (343.700) (271.933) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (48.886) 26.723 Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa (8.359) 95.606 Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa 302.887 207.281 No findo do exercício 294.528 302.887	Imposto de renda e contribuição social pagos	(24.945)	(28.665)
Aquisição de ativos biológicos (tratos culturais) (60.282) (57.517) Aquisição de investimentos 500 (2.980) Aquisição de ativo imobilizado (190.954) (162.827) Valor recebido na alienação de ativo imobilizado 3.084 1.936 Aquisição de ativo intangivel 1.843 (23) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (245.810) (221.411) Fluxos de caixa das atividades de financiamentos 294.814 298.656 Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal (343.700) (271.933) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (48.886) 26.723 Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa (8.359) 95.606 Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa 302.887 207.281 No fin do exercício 294.528 302.887	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	286.338	290.295
Aquisição de investimentos 500 (2.980) Aquisição de ativo imobilizado (190.954) (162.827) Valor recebido na alienação de ativo imobilizado 3.084 1.936 Aquisição de ativo intangivel 1.843 (23) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (245.810) (221.411) Fluxos de caixa das atividades de financiamentos 294.814 298.656 Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal (343.700) (271.933) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (48.886) 26.723 Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa (8.359) 95.606 Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa 302.887 207.281 No início do exercício 302.887 207.281 No fim do exercício 294.528 302.887	Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de investimentos 500 (2.980) Aquisição de ativo imobilizado (190.954) (162.827) Valor recebido na alienação de ativo imobilizado 3.084 1.936 Aquisição de ativo intangivel 1.843 (23) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (245.810) (221.411) Fluxos de caixa das atividades de financiamentos 294.814 298.656 Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal (343.700) (271.933) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (48.886) 26.723 Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa (8.359) 95.606 Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa 302.887 207.281 No início do exercício 302.887 207.281 No fim do exercício 294.528 302.887	Aquisição de ativos biológicos (tratos culturais)	(60.282)	(57.517)
Valor recebido na alienação de ativo imobilizado3.0841.936Aquisição de ativo intangivel1.843(23)Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos(245.810)(221.411)Fluxos de caixa das atividades de financiamentos294.814298.656Empréstimos e financiamentos bancários tomados294.814298.656Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal(343.700)(271.933)Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento(48.886)26.723Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa(8.359)95.606Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa302.887207.281No início do exercício302.887207.281No fim do exercício294.528302.887		500	(2.980)
Aquisição de ativo intangível 1.843 (23) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (245.810) (221.411) Fluxos de caixa das atividades de financiamentos Empréstimos e financiamentos bancários tomados 294.814 298.656 Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal (343.700) (271.933) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (48.886) 26.723 Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa (8.359) 95.606 Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa No início do exercício 302.887 207.281 No fim do exercício 294.528 302.887	Aquisição de ativo imobilizado	(190.954)	(162.827)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos Fluxos de caixa das atividades de financiamentos Empréstimos e financiamentos bancários tomados 294.814 298.656 Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal (343.700) (271.933) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (48.886) 26.723 Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa (8.359) 95.606 Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa No início do exercício 302.887 207.281 No fim do exercício 294.528 302.887	Valor recebido na alienação de ativo imobilizado	3.084	1.936
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos Empréstimos e financiamentos bancários tomados Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (48.886) 26.723 Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa No início do exercício No fim do exercício 302.887 294.528 302.887	Aquisição de ativo intangivel	1.843	(23)
Empréstimos e financiamentos bancários tomados 294.814 298.656 Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal (343.700) (271.933) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (48.886) 26.723 Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa (8.359) 95.606 Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa 302.887 207.281 No fim do exercício 302.887 294.528 302.887	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(245.810)	(221.411)
Empréstimos e financiamentos bancários tomados 294.814 298.656 Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal (343.700) (271.933) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (48.886) 26.723 Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa (8.359) 95.606 Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa 302.887 207.281 No fim do exercício 302.887 294.528 302.887	Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal (343.700) (271.933) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (48.886) 26.723 Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa (8.359) 95.606 Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa No início do exercício 302.887 207.281 No fim do exercício 294.528 302.887		294.814	298.656
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa No início do exercício No fim do exercício 294.528 302.887 207.281 294.528	·	(343.700)	(271.933)
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa 302.887 207.281 No fim do exercício 294.528 302.887	Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(48.886)	26.723
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa 302.887 207.281 No fim do exercício 294.528 302.887	Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(8 359)	95 606
No início do exercício 302.887 207.281 No fim do exercício 294.528 302.887		(0.000)	20.000
No fim do exercício	· ·		
	No fim do exercício	294.528	302.887
		(8.359)	95.606

Durante o período as Companhias combinadas adquiriram ativo imobilizado ao custo total de R\$ 202.669, dos quais R\$ 11.715 foram conversões da dívida em instrumentos patrimoniais. Pagamentos em caixa de R\$ 190.954 foram feitos para aquisição de imobilizado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

As atividades do Grupo Econômico Balbo compreendem as operações das seguintes Companhias:

(a) Investidoras

Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A.:

As atividades das Companhias compreendem, basicamente, a produção e comércio de açúcar e etanol (convencionais e orgânicos), além da participação em outras empresas. Aproximadamente 39% da cana-deaçúcar processada pela Usina Santo Antônio S.A. e 60% da Usina São Francisco S.A. são cultivadas em terras próprias e de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola.

As Companhias são cooperadas da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo Ltda., cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de açúcar e etanol convencional nos estabelecimentos da cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, no mercado interno e externo, é rateado para cada cooperado proporcional à produção entregue à Cooperativa e reconhecido contabilmente pelo cooperado através do Parecer Normativo CST nº 66, de 05 de setembro de 1.986.

(b) Investidas

Usina Uberaba S.A.

A Companhia, com sede na Fazenda Uberaba, Rodovia Municipal 304, Km 2,5, cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, tem como atividade a fabricação de etanol.

A Companhia é cooperada da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo Ltda., cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de etanol nos estabelecimentos da cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, no mercado interno e externo, é rateado para cada cooperado em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº 66, de o5 de setembro de 1986.

A cana-de-açúcar é cultivada em terra de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola.

Native Produtos Orgânicos Comercial Importadora e Exportadora Ltda.

A atividade preponderante é o comércio de produtos orgânicos no mercado de varejo.

Agropecuária Iracema Ltda.

Tem como principal atividade a exploração da atividade agrícola da cana-de-açúcar em regime de parceria agrícola com empresas relacionadas.

PHB Industrial S.A.

A PHB Industrial S.A. foi constituída em 1º de março de 2000, com sede em Serrana, Estado de São Paulo, tendo como objeto social e atividade preponderante a industrialização e comercialização de produtos químicos orgânicos e inorgânicos.

A Companhia concluiu substancialmente o desenvolvimento do Polihidroxibutirato (PHB) e Polihidroxibutirato-Valerato (PHB-V) em 2001, com elaboração do PDP (Project Design Package) despendendo quantias significativas com gastos industriais e de projetos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em paralelo à rota de produção do PHB e PHB-V voltado ao mercado de plásticos, a Companhia desenvolveu também durante os últimos anos, tecnologia que permite a utilização de sua rota produtiva em nutrição animal. Tal tecnologia já se encontra devidamente patenteada e testada sendo que a administração, com base nos resultados obtidos em testes com diferentes espécies de animais, pretende finalizar o processo de registro e certificação do produto junto aos órgãos competentes, para a produção comercial desse material.

Assim, a administração, baseada nos estudos de viabilidade técnica realizados pela investida, concluiu que os investimentos efetuados para o desenvolvimento da tecnologia PHB, contabilizados no intangível e no diferido, na investida PHB, no montante de R\$ 1.682 e R\$ 46.821, respectivamente, serão recuperados pelos fluxos futuros de caixa que serão provenientes das vendas do PHB no mercado de nutrição animal.

Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Tem como principal atividade o fracionamento do solo visando a obtenção de lotes urbanizáveis para compra, venda ou locação; a construção, incorporação, e quaisquer atividades relacionadas a projetos imobiliários em geral.

O projeto em andamento refere-se a comercialização de lotes dos empreendimentos denominados Jardim Veneto I e II.

Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Tem como principal atividade o fracionamento do solo visando a obtenção de lotes urbanizáveis para compra, venda ou locação; a construção, incorporação, e quaisquer atividades relacionadas a projetos imobiliários em geral.

2 Entidades do grupo

As demonstrações financeiras combinadas incluem as seguintes Companhias controladas:

	2019					2018
-]	Percentual de part	icipação	Percentual de participaçã		
	Usina Santo Antonio S.A.	Usina São Francisco S.A.	Total	Usina Santo Antonio S.A.	Usina São Francisco S.A.	Total
Controladas diretas			<u> </u>			
Agropecuária Iracema Ltda.	61,73%	38,20%	99,93%	61,73%	38,20%	99,93%
Native Produtos Orgânicos Comercial		99,99%	99,99%		99,99%	99,99%
Importadora e Exportadora Ltda.						
Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda.	61,77%	38,23%	100%	61,77%	38,23%	100%
Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda.	61,77%	38,23%	100%	61,77%	38,23%	100%
Controladas em conjunto com						
combinação proporcional						
PHB Industrial S.A.	25%	25%	50%	25%	25%	50%
Usina Uberaba S.A.	27,50%	27,50%	55%	27,50%	27,50%	55%

As demonstrações financeiras utilizadas como base para combinação são aquelas apresentadas nos registros contábeis das Companhias combinadas e os saldos combinados do patrimônio líquido e do resultado do exercício correspondem aos saldos das controladoras, conforme abaixo:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Patri	mônio líquido	Lucro líqui	do do exercício
	2019	2018	2019	2018
Usina Santo Antônio S.A.	364.515	308.120	58.488	60.567
Usina São Francisco S.A.	258.844	202.239	57.492	40.100
Saldos combinados	623.359	510.359	115.980	100.667
Eliminações e baixa do ativo diferido	(23.411)	(25.199)	1.789	732
Saldos combinados e ajustados	599.948	485.160	117.769	101.399

As demonstrações financeiras da PHB Industrial S.A. e Usina Uberaba S.A., por se tratarem de companhias controladas em conjunto, foram combinadas na respectiva proporção da participação no seu capital social. Os saldos que serviram de base para combinação estão assim representados:

PHB Industrial S.A.

Ativos	31/03/2019	31/03/2018	Passivos e patrimônio líquido	31/03/2019	31/03/2018
Circulante	417	904	Circulante	1.325	1.379
Não circulante	80	510	Não circulante	4.132	6.346
Imobilizado, intangível e diferido	48.972	55.992	Patrimônio líquido	44.012	49.681
	49.469	57.406		49.469	57.406
Usina Uberaba S.A.					
Ativos	31/03/2019	31/03/2018	Passivos e patrimônio líquido	31/03/2019	31/03/2018
Circulante	177.821	182.246	Circulante	99.877	135.952
Não circulante	7.410	4.278	Não circulante	152.551	125.464
Investimentos, imobilizado e diferido	294.816	264.547	Patrimônio líquido	227.619	189.655
	480.047	451.071		480.047	451.071

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Base de preparação

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras combinadas do Grupo Econômico Balbo incluem: Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A., Usina Uberaba S.A., Agropecuária Iracema Ltda., PHB Industrial S.A., Native Produtos Orgânicos Comércio Importação e Exportação Ltda., Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda., referem-se em conjunto ao que denominamos Grupo Econômico Balbo foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras combinadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Demonstrações financeiras combinadas é um único conjunto de demonstrações financeiras de duas ou mais entidades que estão sob controle comum. As Companhias combinadas utilizaram a definição de controle do CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas, quando da avaliação da existência de controle comum.

Nesse contexto, para fins de apresentação das demonstrações financeiras combinadas do Grupo Econômico Balbo os seguintes requerimentos foram cumpridos:

- As entidades sujeitas à combinação, citadas na Nota 2, estão sob o controle comum de acordo com a definição de controle do CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas; e
- Os princípios do CPC 44 Demonstrações Combinadas foram utilizados na combinação das demonstrações financeiras combinadas do Grupo Econômico Balbo.

O Grupo Econômico Balbo elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais das Companhias Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. para o exercício findo em 31 de março de 2019 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil apresentadas separadamente, consequentemente o Grupo Econômico Balbo optou por não apresentar demonstrações financeiras consolidadas no nível das entidades combinadas, citadas acima, de acordo com a isenção prevista no CPC 44 Demonstrações Combinadas.

A emissão das demonstrações financeiras combinadas foi autorizada pela administração em 5 de julho de 2019.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras combinadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas;
- Os investimentos em coligadas e controladas avaliados por equivalência patrimonial.

(c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras combinadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional das Companhias combinadas. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras está de acordo com os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), os quais exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações referentes ao uso de estimativas e julgamentos adotados e que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras das Companhias combinadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5.4 (iii) Vida útil do ativo imobilizado;
- Nota 22 Instrumentos financeiros.

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 12 Ativos Biológicos;
- Nota 14 Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota 21 -Provisão para contingências.

4 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

4.1 As novas normas abaixo estão em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018 e, nos casos das Companhias Combinadas. A partir de 1º de abril de 2018 e foram avaliadas pela Administração sobre seus impactos nas informações financeiras e divulgação.

CPC 47 - Receita de contratos com clientes (IFRS 15)

Essa nova norma estabelece uma estrutura abrangente em relação às receitas das Companhias combinadas para determinar quando e por quanto uma receita deve ser reconhecida. Este CPC substitui o CPC - 30 receitas, o CPC 17 - Contratos de Construção e eventuais interpretações relacionadas.

A administração revisou seus contratos e transações com clientes e não identificou impactos relevantes da adoção da nova norma, uma vez que as Companhias combinadas já adotam a forma de transferência do controle do bem prevista na norma. Especialmente quanto ao seu contrato com a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (Cooperativa), que representa 92% das receitas das Companhias combinadas e cuja relação atende ao disposto no Parecer Normativo 66, bem como 8% das demais vendas das Companhias combinadas, não houve qualquer impacto relevante pela adoção da norma. Quando as Companhias combinadas possuem a responsabilidade por entregar a mercadoria no cliente, elas são consideradas como entidade principal na obrigação de desempenho e o fazem mediante contratação de terceiros para a operação. Em relação ao valor dos fretes, é procedimento das Companhias combinadas não incluírem este como uma receita. Demais orientações descritas na norma não são aplicáveis às operações das Companhias combinadas e ocorrendo nova condição relativo às receitas, as Companhias combinadas divulgarão os efeitos da aplicação da norma.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9)

Esta nova norma mantém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 utilizados para a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A administração revisou seus ativos e passivos financeiros e não identificou impactos na adoção da nova norma, uma vez que reclassificações de critérios de ativos financeiros não impactaram nos valores descritos nas demonstrações financeiras. Em relação a vendas efetuadas diretamente pelas Companhias combinadas, possuem prazo de vencimento inferior à 12 meses e não há aplicação de política formal de contabilidade de hedge.

O quadro a seguir demonstra as categorias de mensuração do CPC 38 (substituído) e as novas categorias de mensuração trazidas pelo CPC 48.

	Classificaç	Va	lor	
	CPC 38	CPC 48	CPC 38	CPC 48
Ativos Financeiros				_
Caixa e equivalentes de caixa	Valor Justo	Valor Justo	294.528	294.528
Títulos de capitalização	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	679	679
Contas a receber - Clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	90.523	90.523
Contas a receber - Cooperativa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	63.409	63.409
Demais ativos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	2.163	2.163
Depósitos Judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	10.437	10.437
			461.739	461.739
Passivos Financeiros				
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	54.103	54.103
Emprestimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	703.199	703.199
Financiamentos - Copersucar	Custo amortizado	Custo amortizado	56.516	56.516
Outras contas a pagar	Custo amortizado	Custo amortizado	22.619	22.619
			836.436	836.436

ICPC 21 - "Transações em moeda estrangeira"

No que se refere à interpretação ICPC 21 - "Transações em moeda estrangeira", que também entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e provê esclarecimentos sobre a data da transação a ser usada para conversão de adiantamentos feitos ou recebidos em transações em moeda estrangeira. A Companhia não possui saldos de adiantamentos em moeda estrangeira em 31 de março de 2019 e de 2018, não havendo, portanto, impactos decorrentes da adoção dessa interpretação.

Outras alterações em vigor não são relevantes para a Companhia.

4.2 As novas normas abaixo entrarão em vigor a partir de 1º de abril de 2019 e foi avaliada pela Administração sobre seu potencial impacto nas informações financeiras e sua divulgação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil" (IFRS 16)

Essa nova norma trouxe uma extensa revisão na forma de contabilização dos contratos de arrendamento, cuja figura dos arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2) entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de abril de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Administração das Companhias combinadas ainda não determinou até que ponto esses compromissos resultarão no reconhecimento de um ativo e um passivo para pagamentos futuros, bem como o impacto no seu resultado e na classificação dos fluxos de caixa, pois o principal instrumento vigente nas Companhias combinadas trata-se de contratos de Parceria Agrícola, estes objetos de discussão entre as entidades contábeis, comissão de valores mobiliários e empresas de auditoria se serão ou não inclusos na aplicação da norma e, se inclusos, como devem ser precificados. Em relação aos contratos de arrendamento, as Companhias combinadas já preveem o registro das operações nos termos da norma e pretendem aplicar a abordagem de transição simplificada, consequentemente não irão reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção.

ICPC 22 - "Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro"

A interpretação ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração das Companhias combinadas deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e tem vigência no Grupo a partir de 1º de abril de 2019.

Na avaliação da Administração das Companhias combinadas, não são esperados impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras combinadas.

5.1 Base de combinação

(i) Investimentos em coligadas e sociedades controladas em conjunto (joint venture)

As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras combinadas a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle, controle compartilhado, deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo econômico.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras combinadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo econômico na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional das Companhias combinadas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

5.3 Instrumentos financeiros

A partir de 1º de abril de 2018, as Companhias combinadas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e não reconhecimento

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, as Companhias combinadas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

As Companhias combinadas contratam instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Capital social

Ações ordinárias nominativas das Companhias combinadas são classificadas como patrimônio líquido. As Companhias combinadas não possuem acões preferenciais.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto, são reconhecidos como passivo. Os "Dividendos a deliberar" serão reconhecidos como obrigações quando deliberados por ocasião da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas das Companhias combinadas.

5.4 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

As Companhias combinadas optaram por não reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2010. A administração das Companhias combinadas realizou um estudo sobre os benefícios da adoção do custo atribuído (*deemed cost*) e concluiu que esses benefícios não são superiores aos custos de adoção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os custos de ativos construídos pelas próprias Companhias combinadas incluem:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas /despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Os gastos com manutenção agrícola e industrial, incorridos no período de entressafra são levados ao imobilizado para serem apropriados ao custo de produção do acúcar e do etanol no decorrer da safra seguinte.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo econômico obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Edificios e construções

Maquinismos, instalações e equipamentos

Veículos

Máquinas e implementos agrícolas

Móveis e utensílios

Lavouras de cana-de-açúcar (planta de produção)

Entre 25 e 33 anos

Entre 10 e 30 anos

Entre 7 e 12 anos

Entre 15 e 23 anos

Entre 7 e 10 anos

5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

5.5 Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurado na data de corte.

5.6 Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelas Companhias combinadas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

5.7 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.8 Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros

As Companhias combinadas avaliam a cada data de apresentação se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros das Companhias combinadas, que não os ativos biológicos, estoques imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa exceder seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2019 e 2018, as Companhias combinadas não identificaram indicadores de que seus ativos estão registrados com valor acima do seu valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.9 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se as Companhias combinadas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

5.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se as Companhias combinadas tiverem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

5.11 Receita operacional

(i) Venda de produtos orgânicos - açúcar, etanol e demais produtos orgânicos

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os controles inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, que as obrigações de desempenho do contrato com clientes tenham sido cumpridas, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimadas de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

(ii) Venda de produtos - açúcar e etanol

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção das Companhias combinadas em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986.

(iii) Venda de produtos - cana-de-açúcar, energia elétrica e bagaço de cana

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, que as obrigações de desempenho do contrato com clientes tenham sido cumpridas, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Venda de produtos - comercialização de lotes

As receitas provenientes da comercialização de lotes são reconhecidas mediante instrumentos de venda e compra.

5.12 Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

5.13 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15% (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda) e 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real, exceto as Companhias combinadas Agropecuária Iracema Ltda., Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda., as quais optam, conforme facultado pela Lei nº9.430/96, por apurar o imposto de renda e a contribuição social incidentes sobre o lucro pelo regime de "Lucro Presumido", de acordo com a sistemática de cálculo estabelecida pela Leis nº8.981/95 e 9.249/95.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados ao patrimônio líquido ou a outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras combinadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação ao prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras combinadas.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido as Companhias combinadas levam em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. As Companhias combinadas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam as Companhias combinadas a mudarem o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

5.14 Aspectos ambientais

As instalações de produção das Companhias combinadas e suas atividades industriais estão sujeitas às regulamentações ambientais. As Companhias combinadas diminuem o risco associado com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. As Companhias combinadas acreditam que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis, nos regulamentos em vigor.

As Companhias combinadas possuem certificações no sistema de gestão integrada e anualmente são realizadas auditorias pelo órgão certificador, visando a conformidade dos processos e operações. Em complemento, as Companhias combinadas recebem processos de auditorias e verificações específicas de agências governamentais e independentes, para requisitos específicos do governo e de clientes, além dos requisitos de certificações de segurança de alimentos, agricultura orgânica, comércio justo e de padrões sócio ambientais, que estão submetidos. Assim, buscam, além da conformidade com padrões da qualidade de seus produtos, melhorias voltadas a sustentabilidade do negócio e cumprimento de sua política de gestão.

6 Ativo contingente

O Poder Judiciário condenou a União a indenizar a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (Cooperativa), da qual as Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. são cooperadas, por danos causados a seus cooperados decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de açúcar e etanol realizadas na década de 1980. Em março de 2019, a Cooperativa realizou o levantamento da parcela do primeiro precatório expedido no curso do referido processo, sendo atribuído a estas Companhias combinadas, o montante bruto de R\$29.405, transferidos para as Companhias combinadas via PN66, deduzidos os custos de manutenção de processo, honorários advocatícios e retenção de PIS e COFINS sobre este montante. Segundo informações da Cooperativa, detentora da ação, ainda se encontram pendentes recursos e ações judiciais sobre o restante do valor pretendido no processo, para os quais, na data base da elaboração das demonstrações financeiras, a melhor estimativa da Administração da Cooperativa é de ser o crédito provável, mas não praticamente certo.

Paralelamente, a Cooperativa, propôs medida judicial objetivando afastar as exigências de PIS e COFINS sobre a verba indenizatória em questão, por entender não caracterizar receita tributável em nome daquela entidade.

Sobre a receita acima mencionada, recebida pelas Companhias combinadas, por também entender que o valor repassado pela Cooperativa se trata de verba indenizatória, a administração das Companhias combinadas propôs ação judicial objetivando afastar as exigências do PIS, COFINS, IR e CS sobre este valor, garantindo esta discussão mediante depósito judicial.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis das Companhias combinadas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Os ativos biológicos e os respectivos produtos

Ativos biológicos devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas de venda. A metodologia adotada pelas Companhias combinadas, para satisfazer a exigência de cálculo nos ativos biológicos correspondentes às soqueiras, que geram várias colheitas e a cana-de-açúcar em pé, foi de acordo com método de fluxo de caixa futuro descontado. O fluxo de caixa futuro descontado é efetuado considerando premissas como preço da tonelada de cana-de-açúcar, produtividade, custos de corte, carregamento e transporte, custo dos tratos culturais, custos de parceria, custo de capital, impostos, entre outros. A taxa de desconto utilizada para descontar o fluxo de caixa ao valor presente é calculada com base Custo Médio Ponderado de Capital - WACC.

(ii) Contas a receber e outros recebíveis, fornecedores, partes relacionadas e outras contas

Decorrente diretamente das operações das Companhias combinadas: o seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação e que se equiparam aos valores contábeis.

(iii) Empréstimos e financiamentos

Estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2019	31/03/2018
Caixa e bancos Aplicações financeiras	6.435 288.093	6.132 296.755
	294.528	302.887

Consideramos como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa, banco e aplicações financeiras de curto prazo. As aplicações financeiras são de curto prazo, tem alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa que está sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/03/2019	31/03/2018
Fundos de investimentos - DI Premium (i) Certificado de Depósito Bancário - CDB Operações Compromissadas - Debêntures (ii)	131.353 95.119 61.621	132.595 108.273 55.887
	288.093	296.755

- Correspondem a operações compromissadas em Fundos DI Premium de liquidez imediata. A remuneração varia entre 100% e 101% do CDI.
- (ii) Correspondem a operações compromissadas lastreadas em debêntures, onde as Companhias combinadas têm o compromisso de revender as debêntures no curto prazo e valor pré-estabelecidos. A remuneração das aplicações financeiras varia entre 100% a 101% do CDI.

As operações de títulos de capitalização, em linha específica no balanço patrimonial, correspondem a operações que não são classificadas como equivalentes de caixa e representam em 31 de março de 2019 R\$ 679 (R\$ 330 em 31 de março de 2018). A remuneração das aplicações financeiras classificadas como títulos de capitalização se referem a TR + 0.5% a.a.

A exposição das Companhias combinadas a riscos de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na Nota 22.

9 Contas a receber - Clientes

	31/03/2019	31/03/2018
Contas a receber – mercado interno (i) Contas a receber - venda de lotes (ii)	67.432 25.677	55.147 28.061
(-) Provisão para devedores duvidosos	(2.586)	(1.640)
	90.523	81.568
Circulante	(70.478)	(59.401)
Não circulante	20.045	22.167

- (i) Corresponde aos direitos a receber por comercialização de produtos e coprodutos de produção própria.
- (ii) Refere-se a venda de lotes das Companhias combinadas Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda.

A exposição a riscos de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na Nota 22.

Os saldos em aberto são realizáveis e não há expectativas de perdas acima do montante já provisionado, inclusive referente aos saldos que a Usina São Francisco S.A. tem a receber, os quais possuem carta fiança para proteger grande parte do risco de perdas com esses saldos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A análise de vencimentos dessas contas a receber está representada abaixo:

	31/03/2019	31/03/2018
Avencer		
até 30 dias	16.077	17.976
de 31 até 90 dias	35.781	26.117
de 91 até 180 dias	1.978	1.840
acima de 180 dias	22.767	25.137
	76.603	71.070
Vencidos		
até 30 dias	8.282	4.899
de 31 até 90 dias	3.236	1.419
de 91 até 180 dias	531	1.295
acima de 180 dias	4.457	4.525
	16.506	12.138
	93.109	83.208

10 Contas a receber - Cooperativa

Correspondem aos valores a receber das operações com a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo Ltda. - Cooperativa, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986, que dispõe sobre o momento da apropriação da receita operacional no caso de faturamento por ato cooperativo, de acordo com a produção em relação às demais cooperadas.

A exposição a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na Nota 22.

11 Estoques

31/03/2019	31/03/2018
-	169
-	436
35.462	33.512
13.895	6.778
8.233	7.951
14.055	12.418
(2.152)	(2.319)
42.592	31.064
112.085	90.009
	35.462 13.895 8.233 14.055 (2.152) 42.592

(*) A cana quando do seu recebimento é atualizada pelo preço da tonelada de cana estabelecido pelo modelo definido no Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar do Estado de São Paulo - CONSECANA.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Ativos biológicos

Foi adotado o Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativos biológicos, onde os seus ativos biológicos de cana-de-açúcar passaram a ser mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

	31/03/2019	31/03/2018
Saldo inicial	127.764	96.695
Aumentos decorrentes de tratos culturais	60.282	57.517
Reduções decorrentes da amortização	(127.764)	(96.695)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	84.813	70.247
Ativos biológicos no final do exercício	145.095	127.764

Para o atendimento do CPC 29 - Ativo biológico foi utilizado o cálculo do valor justo pelo método de fluxo de caixa futuro descontado nos ativos biológicos correspondentes a cana-de-açúcar em pé.

Lavouras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

Usina Santo Antônio S.A.	31/03/2019	31/03/2018
Área estimada de colheita (hectares)	12.828	12.654
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	90,00	92,45
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	134,58	134,75
Valor do Kg de ATR	0,7796	0,6936
WACC (a.a.)	5,82%	6,19%
Usina São Francisco S.A.	31/03/2019	31/03/2018
Área estimada de colheita (hectares)	10.135	9.881
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	85,00	92,01
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	130,17	129,15
Valor do Kg de ATR	0,8186	0,7335
WACC (a.a.)	5,83%	6,48%
Usina Uberaba S.A.	31/03/2019	31/03/2018
Área estimada de colheita (hectares)	12.262	10.511
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	98,63	90,00
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	134,09	133,97
Valor do Kg de ATR	0,6755	0,6122
WACC (a.a.)	5,92%	6,08%

As Companhias combinadas estão expostas a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Riscos de oferta e demanda

As Companhias combinadas estão expostas aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar e demais produtos orgânicos. É feita a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outros

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. Há processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

13 Impostos a recuperar

	31/03/2019	31/03/2018
ICMS – saldo credor corrente	4.956	3.897
ICMS sobre aquisição de bens do imobilizado	4.885	3.540
PIS e COFINS	84.582	69.488
IRRF	3.152	3.281
Imposto de renda e contribuição social – antecipações	411	410
Imposto de renda e contribuição social - estimativa	150	-
IPI	9.334	8.040
Outros	7.729	6.817
	115.199	95.473
Circulante	(77.200)	(64.512)
Não circulante	37.999	30.961

14 Ativos e passivos fiscais diferidos

Em 31 de março de 2019, as Companhias combinadas possuem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos e créditos tributários sobre os seguintes valores base:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Saldo em 31 de março de 2017	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2018	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2019
Ativo não circulante					
Prejuízos fiscais do imposto de renda	67.318	(8.359)	58.959	(7.713)	51.246
Base negativa da contribuição social	24.976	(2.956)	22.021	(2.778)	19.243
Depreciação - Ajuste por adoção Lei 12.97 3/14	993		993		993
	93.287	(11.315)	81.972	(10.491)	71.482
Passivo não circulante					
Ativo biológico - CPC 29	(31.091)	(4.066)	(35.157)	855	(34.302)
Depreciação – ajuste por adoção CPC 27	(28.861)	(4.246)	(33.107)	(2.768)	(35.875)
Depreciação acelerada incentivada	(44.546)	(3.228)	(47.774)	(6.823)	(54.597)
Outros	(1.096)		(1.096)	188	(908)
	(105.594)	(11.540)	(117.134)	(8.547)	(125.682)
	(12.307)	(22.855)	(35.162)	(19.038)	(54.200)

Período estimado de realização dos créditos tributários

Fundamentadas nas expectativas de geração de lucros tributáveis futuros, optou-se por reconhecer no exercício e em exercícios anteriores, no ativo não circulante, em contrapartida do resultado do exercício, o imposto de renda e a contribuição social correspondentes sobre os direitos por prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa da contribuição social.

Estima-se recuperar a totalidade dos créditos tributários nos exercícios subsequentes. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando da sua elaboração.

Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas projeções.

15 Outras divulgações sobre o fluxo de caixa

(a) Reconciliação da dívida líquida

	<u>31/03/2019</u>	31/03/2018
Empréstimo de curto prazo Empréstimo de longo prazo	239.953 519.762	365.858 442.702
Total da dívida Caixa e equivalente de caixa Contas a receber - Cooperativa	7 59. 7 15 (294.528) (63.409)	808.560 (302.887) (71.139)
Total da dívida líquida	401.778	434.534

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Empréstimo	s Bancários			
	Circulante	Não circulante	Total da dívida	Caixa e equivalentes(*)	Dívida líquida
Dívida líquida em 31 de março de 2017	291.629	498.644	790.273	(275.016)	515.257
Movimentação que afetam o fluxo de caixa	(52.096)	-	(52.096)	(99.010)	(151.106)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa	126.325	(55.942)	70.383	-	70.383
Aquisições/novos arrendamentos	-	2.641	2.641	-	2.641
Variações monetarias/cambiais	67.742	-	67.742	-	67.742
Transferência para o circulante	58.583	(58.583)			
Dívida líquida em 31 de março de 2018	365.858	442.702	808.560	(374.026)	434.534
Movimentação que afetam o fluxo de caixa	(115.653)	-	(115.653)	16.089	(99.564)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa	(10.252)	77.060	66.808	F	66.808
Aquisições/novos arrendamentos	-	11.715	11.715	-	11.715
Variações monetarias/cambiais	55.093	-	55.093	-	55.093
Transferência para o circulante	(65.345)	65.345	-	-	-
Operações com a Cooperativa (*)					
Dívida líquida em 31 de março de 2019	239.953	519.762	759.715	(357.937)	401.778

^(*) Inclui contas a receber - Cooperativa

16 Investimentos

	31/03/2019	31/03/2018
Ágio de investimentos em controladas e coligadas (i)	16.563	16.563
Outros investimentos avaliados ao custo (ii)	13.271	13.771
		_
	29.834	30.334

- (i) Ágio na aquisição de ações de coligadas e controladas. Realização dar-se-á em eventual alienação ou pela sua redução ao valor recuperável (*impairment*).
- (ii) Compreendido substancialmente pelo investimento na Copersucar S.A. e transferência de adiantamento para futuro aumento de capital para investimentos, conforme deliberações societárias do CTC Centro de Tecnologia Canavieira e integralização de capital nos termos da Assembleia Geral Extraordinária, de 10 de julho de 2014 e 19 de setembro de 2014.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Imobilizado

	Edifícios e construções	Maquinismo, instalações e equipamentos	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Móveis e utensílios	Manutenção de máquinas e equipamentos	Adiantamento a fornecedores	Terras	Obras em andamento	Outros	Lavouras de cana-de-açúcar	Total
Saldo em 31 de março de 2017 Adições Alienações Apropriação de gastos de entressafra	51.429 35 -	158.922 1.867 (280)	33.227 3.072 (1.010)	39.344 4.732 (12)	1.235 267 (69)	75.731 84.052 - (80.965)	13.766 40 -	13.948 - (18)	14.459 13.756 (1.006)	10.117 3.394 (476)	219.171 51.612 -	631.349 162.827 (2.871) (80.965)
Transferências Depreciação	1.225 (1.728)	29.810 (15.298)	(24) (3.636)	131 (2.775)	30 (234)	(80.965)	(13.766)		(19.292)	1.886 (1.710)	(60.304)	(85.685)
Saldo em 31 de março de 2018	50.961	175.021	31.629	41.420	1.229	78.818	40	13.930	7.917	13.211	210.479	624.655
Custo Total Depreciação acumulada	77.764 (26.803)	403.622 (228.601)	90.286 (58.657)	79.250 (37.830)	4.214 (2.985)	517.352 (438.534)	40	13.930	7.917	30.245 (17.034)	394.511 (184.032)	1.619.131 (994.476)
Valor residual	50.961	175.021	31.629	41.420	1.229	78.818	40	13.930	7.917	13.211	210.479	624.655
Saldo em 31 de março de 2018 Adições Alienações Apropriação de gastos de entressafra Transferências Depreciação	50.961 86 - - 714 (1.998)	175.021 1.447 - - 9.029 (15.689)	31.629 5.001 (420) - 823 (2.920)	41.420 9.498 (728) - 1.768 (2.431)	1.229 85 (6) - 3 (191)	78.818 78.079 - (77.327) - -	40 - - - (40)	13.930 2.600 - - - -	7.917 43.046 (478) - (12.432)	13.211 3.129 (2) - 135 (1.652)	210.479 59.698 - - - (56.555)	624.655 202.669 (1.634) (77.327) - (81.436)
Saldo em 31 de março de 2019	49.763	169.808	34.113	49.527	1.120	79.570		16.530	38.053	14.821	213.622	666.927
Custo Total Depreciação acumulada	78.564 (28.801)	414.098 (244.290)	95.690 (61.577)	89.788 (40.261)	4.296 (3.176)	595.431 (515.861)		16.530	38.053	33.507 (18.686)	454.209 (240.587)	1.820.166 (1.153.239)
Valor residual	49.763	169.808	34.113	49.527	1.120	79.570		16.530	38.053	14.821	213.622	666.927

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Obras em andamento

Refere-se substancialmente a investimentos de melhoria e otimização do processo industrial, sendo os principais gastos incorridos com instalação da torre de resfriamento, substituição da cobertura da moenda, melhorias nas tubulações dos circuitos de água, no escoamento da vinhaça, investimentos de ampliação das instalações da empacotadora de açúcar orgânico, gastos incorridos com aparelho de destilação, colunas de recuperação de etanol, com evaporadores de caldo e vinhaça, com caldeiras., tanque de armazenamento de etanol, investimentos em caminhões (novos e seminovos), em equipamentos para melhoria da atividade da agricultura de precisão e na aquisição de colhedoras de cana-de-açúcar.

Provisão por redução do valor recuperável

Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2019 e 2018 não identificamos indicadores de que seus ativos possam estar registrados por um valor maior que o seu valor recuperável.

Garantia

Em 31 de março de 2019, bens do ativo imobilizado com valor contábil de R\$ 152.781 (R\$ 156.908 em 2018) estão sujeitos a uma fiança registrada para garantir financiamentos bancários (Finame).

Depreciação

As vidas úteis e valores residuais foram estimados, em anos anteriores, por especialistas externos (engenheiros) com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para realizar este trabalho os especialistas consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios. Para o exercício encerrado em 31 de março de 2019 a avaliação da vida útil foi revisada internamente por profissionais habilitados e pela administração. A vida útil estimada dos bens registrados no ativo imobilizado está evidenciada na Nota 5.4 (iii).

18 Fornecedores

	31/03/2019	31/03/2018
Fornecedores de cana-de-açúcar Fornecedores diversos	31.589 22.514	26.639 11.068
	54.103	37.707

A exposição aos riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar, a fornecedores e demais passivos é divulgada na Nota 22.

19 Empréstimos e financiamentos

Essa nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do Grupo econômico a risco de taxas de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota 22.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/03/2019	31/03/2018
Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos (a)	239.953	336.359
Financiamentos Cooperativa (b)		29.499
	239.953	365.858
Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos (a)	463.246	385.000
Financiamentos Cooperativa (b)	56.516	57.702
	519.762	442.702
	759.715	808.560

(a) Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Taxa de juros	31/03/2019	31/03/2018
Nota de crédito de exportação (NCE)	R\$	Juros de 1,73% a 3,80% a.a mais CDI (2018 - juros de 1,73% a 3,80% a.a mais CDI)	244.880	347.854
Nota de crédito de exportação (NCE)	R\$	(2018 - Juros pré-fixados de 9% a 9,5% a.a.)	-	57.115
Nota de crédito de exportação (NCE)	R\$	Juros de 118% do CDI (2018 - Juros de 118% do CDI)	9.034	27.156
Cédula de crédito bancário (CCB)	R\$	Juros de 1,45% a 3,55% a.a mais CDI (2018 - juros de 1,45% a 3,55% a.a mais CDI)	82.662	72.497
Cédula de crédito bancário - modalidade 4131 (CCB)	R\$	(2018 - Juros de 3,60% a.a. mais CDI)	-	1.851
Cédula de crédito exportação (CCE)	R\$	Juros de 1,33% a 3,95% a.a mais CDI (2018 - Juros de 2,58% a 3,95% a.a mais CDI)	79.864	42.638
Custeio Agrícola	R\$	(2018 - Juros pré-fixados de 9,5% a.a)	-	1.482
FINAME	R\$	Juros pré-fixados entre 2,5% a 10,5% a.a (2018 - Juros pré-fixados entre 2,5% a 10,5% a.a)	40.949	44.514
FINAME	R\$	Juros de 3,30% a 4,70% a.a mais TJLP (2018 - juros de 3,90% a 4,50% a.a mais TJLP)	27.061	35.516
FINAME	R\$	Juros de 3,22% a 4,33% a.a mais TLP (2018 - juros de 4% a.a mais TLP)	11.716	401
FINAME	R\$	Juros de 4,28% a.a. mais Selic (2018 - Juros de 4,28% a.a. mais Selic)	731	957
Nota promissória rural (NPR)	R\$	Juros de 2,70% a.a. mais CDI	8.677	-
Pro Renova	R\$	Juros pré-fixados 5,5% a.a (2018 - Juros pré-fixados 5,5% a.a)	2.472	4.580
Pro Renova	R\$	Juros de 2,7 % a 5,5 % a.a mais TJLP (2018 - Juros de 2,7 % a 5,5 % a.a mais TJLP)	5.096	7.097
Cédula de Produtor Rural (CPR-F)	R\$	Juros de 1,40% a 3,40% a.a. mais CDI (2018 - Juros de 1,40% a.a mais CDI)	190.057	77.702
			703.199	721.359
Circulante			(239.953)	(336.359)
Não circulante			463.246	385.000

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	31/03/2019	31/03/2018
Safra 19/20	-	197.998
Safra 20/21	226.768	133.054
Safra 21/22	143.798	46.211
Safra 22/23	77.891	4.140
Safra 23/24 a 28/29	14.789	3.597
	463.246	385.000

As Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. têm algumas obrigações contratuais em vigor ("covenants") decorrentes dos financiamentos como limites de endividamento, geração de caixa, performance financeira, contratação de operações financeiras, contratação de garantias reais, venda ou transferência de bens do ativo imobilizado, não distribuição de dividendos em valor superior ao mínimo exigido pelo estatuto social e outros. As referidas Companhias combinadas estão em conformidade com todas as cláusulas restritivas em 31 de março de 2019.

Garantias

Para os empréstimos tomados são concedidos como garantias avais de Companhias coligadas e controladas e os bens adquiridos com os recursos.

(b) Financiamentos Cooperativa

Correspondem a recursos repassados pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo Ltda. - Cooperativa, com a seguinte composição:

	31/03/2019	31/03/2018
Moeda nacional:		
Repasse de recursos (Selic)	36.815	39.085
Financiamento Capital de Giro - 100% CDI	-	29.499
Adiantamentos - Cooperativa - Sem correção	19.701	18.617
	56.516	87.201
Circulante		(29.499)
Não circulante	56.516	57.702

Demais passivos

Outros

Circulante

20

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/03/2019	31/03/2018
Dividendos a pagar	3.996	9.121
Adiantamento de clientes	1.428	823
Arrendamento rural	2.406	1.313
Resultados a realizar	9.878	12.737

22.619 29.479

4.911

(6.229)

21/02/2010

5.485

(7.570)

31/03/2018

Não circulante 16.390 21.909

21 Provisão para contingências

	31/03/2019	31/03/2010
Trabalhistas Tributárias Cíveis Ambientais	2.831 256 13 487	3.322 510 9
	3.587	3.841

	Trabalhistas	Tributárias	<u>Cíveis</u>	Ambientais	Total
Em 31 de março de 2018 Constituição de provisão Valores não usados, estornados	3.322 - (491)	510 - (254)	9 4	- 487 -	3.841 491 (745)
Em 31 de março de 2019	2.831	256	13	487	3.587

Baseada em opinião de seus consultores jurídicos, foi reconhecido no exercício findo em 31 de março de 2019 provisões para contingências trabalhistas e tributárias para fazer face a eventuais perdas com os respectivos processos.

Passivos contingentes

Existem contingências passivas tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Seguem os valores das contingências que foram consideradas pelos assessores jurídicos como possível o risco de perda:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Tributárias /		
	<u>Trabalhistas</u>	Previdenciárias	Cíveis	Ambientais
Saldo em 31 de março de 2018	10.847	64.991	1.896	6.228
Saldo em 31 de março de 2019	13.805	70.583	180	5.662

22 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

As Companhias combinadas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito:
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de risco e gerenciamento do capital.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e suas atividades. Por meio de treinamentos e procedimentos de gestão, buscam desenvolver um ambiente de disciplina e controle nos quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de se incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo. A gestão do risco de crédito em relação a clientes, no que pertence ao negócio açúcar e etanol convencional é centrada no relacionamento formalizado com suas controladas e com a Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo - Cooperativa. Para os negócios de açúcar e álcool orgânico, levedura e energia elétrica, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto.

De forma geral, os direcionamentos dos negócios são tratados em reuniões da alta direção para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

Exposição a riscos de crédito

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/03/2019	31/03/2018
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	294.528	302.887
Contas a receber - Clientes	9	90.523	81.568
Contas a receber - Cooperativa	10	63.409	71.139
Demais ativos		2.163	2.240
Depósitos Judiciais		10.437	9.121
		461.060	466.955

Os saldos apresentados acima não apresentam uma concentração relevante, que possam deixar o risco de crédito significativo.

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa, demonstrado na Nota 8, são mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que as Companhias combinadas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir que sempre haja a liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação.

As Companhias combinadas trabalham alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

					2019
	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	294.528	294.528	-	-	-
Títulos de capitalização	679	679	-	-	-
Contas a receber - Clientes	90.523	70.478	20.045	-	-
Contas a receber - Cooperativa	63.409	63.409	-	-	-
Demais ativos	2.163	1.420	743	-	-
Depósitos Judiciais	10.437	-	-	-	10.437
Passivos					
Fornecedores	54.103	54.103	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	703.199	239.953	370.567	77.891	14.788
Financiamentos - Cooperativa	56.516	-	56.516	-	-
Demais passivos	22.619	6.229	16.390	-	-
					2018
	Valor	Até 12	1-2	2 - 5	Mais que
	contábil	meses	anos	anos	5 anos_
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	302.887	302.887	-	-	-
Títulos de capitalização	330	330	-	-	-
Contas a receber - Clientes	81.568	59.401	22.167	-	-
Contas a receber - Cooperativa	71.139	71.139	-	-	-
Demais ativos	2.240	1.492	748	-	-
Depósitos Judiciais	9.121	-	-	-	9.121
Passivos					
Fornecedores	37.707	37.707	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	721.359	336.359	272.471	82.351	30.178
		00 00)	, .,	00	,
Financiamentos - Cooperativa Demais passivos	87.201	29.499	57.702	-	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade, possam ocorrer mais cedo ou em montantes significantemente diferentes.

Os saldos passivos de curto prazo serão liquidados com os saldos ativos de curto prazo e também pela geração de caixa durante o exercício.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Classificação dos instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras das Companhias combinadas, conforme quadros abaixo:

			2019
	Empréstimos e	Passivos pelo	Valor justo através
	Recebíveis	custo am ortizado	<u>do resultado</u>
A 45			
Ativos	224 = 20		
Caixa e equivalentes de caixa	294.528	-	-
Títulos de capitalização Contas a receber - Clientes	679	-	-
	90.523	-	-
Contas a receber - Cooperativa Demais ativos	63.409	-	-
	2.163	-	-
Depósitos Judiciais	10.437		
Total	461.739		
Passivos			
Fornecedores	-	54.103	-
Empréstimos e financiamentos	-	707.127	(3.929)
Financiamentos - Cooperativa	-	56.516	-
Demais passivos		22.619	
Total	-	840.365	(3.929)
			2018
	Empréstimos e Recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Valor justo através do resultado
	Receptives	custo um ortizudo	<u>uo resurtado</u>
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	302.887	-	-
Títulos de capitalização	330	-	-
Contas a receber - Clientes	81.568	-	-
Contas a receber - Cooperativa	71.139	-	-
Demais ativos	2.240	-	-
Depósitos Judiciais	9.121		
Total	467.285		
Passivos			
Fornecedores	_	37.707	_
Empréstimos e financiamentos	- -	717.580	2770
Financiamentos - Cooperativa	- -	87.201	3.779
Demais passivos	-	29.479	- -
Demais passivos			
		29.4/9_	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Análise de sensibilidade

As Companhias combinadas estão expostas a risco de taxa de juros pós-fixadas, tanto para suas aplicações financeiras como para suas operações de empréstimos e financiamentos.

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representa a exposição máxima do risco de taxa de juros. A exposição máxima do risco de taxa de juros, na modalidade CDI, na data das demonstrações financeiras são:

	<u>Nota</u>	31/03/2019	31/03/2018
Ativo Aplicações financeiras	8	288.093	296.755
Passivo Empréstimos e financiamentos Financiamentos - Cooperativa	19 19	615.174	569.696 29.499

O cenário provável adotado pela administração reflete as projeções de mercado do CDI para o próximo exercício, ou seja, 6,34% a.a. A fonte de informação utilizada foi a Cetip.

Para os cenários I e II das aplicações financeiras foram consideradas uma redução de 25% e 50% respectivamente sobre as taxas utilizadas para o cenário provável. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado, considerados para os cenários provável, I e II:

Instrumentos financeiros ativos	Risco	Exposição	Provável	I	II
Aplicações Financeiras	variação CDI	288.093	18.265	13.713	9.133

Para os cenários I e II dos empréstimos e financiamentos foram considerados um aumento de 25% e 50% respectivamente sobre as taxas utilizadas para o cenário provável. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado, considerados para os cenários provável, I e II:

Instrumentos financeiros passivos	Risco	Exposição	Provável	I	II
Empréstimos e financiamentos	variação CDI	615.174	39.002	48.753	58.502

Em 31 de março de 2019, os valores de referência (*notional*) dos contratos de *swap* de taxa de juros correspondiam a R\$ 117.688, (em 31 de março de 2018 correspondiam a R\$ 96.070), contratados com o objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira contra variações do CDI flutuante para taxa pré. O resultado apurado com os instrumentos financeiros derivativos durante o exercício foi uma receita de R\$ 7.187 (em 31 de março de 2018 correspondia a uma despesa de R\$ 541).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	31/03/2019	31/03/2018
Instrumentos de taxa fixa Passivos financeiros	43.421	107.691
Instrumentos de taxa variável Ativos financeiros Passivos financeiros	288.093 696.592	296.755 682.252

Gerenciamento do capital

A política da diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A diretoria das Companhias combinadas monitora os retornos sobre capital com base no índice de alavancagem financeira, que definem como resultados de atividades operacionais divididos pelo capital total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores. A diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2019 e de 2018 podem ser assim sumarizados:

	31/03/2019	31/03/2018
(+) Empréstimos e financiamentos(-) Caixa e equivalentes de caixa(-) Contas a receber - Cooperativa	759.715 (294.528) (63.409)	808.560 (302.887) (71.139)
(=) Dívida líquida (A)	401.778	434.534
Total do patrimônio líquido (B)	599.948	485.160
Total do capital (A + B)	1.001.726	919.694
Índice de alavancagem financeira - % (A) / (A+B)	40	47

Classificações contábeis e valores justos

Valor justo versus valor contábil

Para todas as operações apresentadas como ativos e passivos financeiros, a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, não gerando grandes oscilações entre eles.

Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo utilizam um método de avaliação classificado em três níveis.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Dentre as Companhias combinadas, exclusivamente as Companhias Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. mantém apenas instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo em suas demonstrações financeiras. As operações consistem em *swaps* de taxa de juros classificadas como nível 2 na hierarquia de valor justo.

Impairment de ativos financeiros

Todos os ativos financeiros, com exceção dos ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, não apresentam indicadores de perda do valor recuperável.

Garantias

Para os empréstimos tomados são concedidos como garantias aval de Companhias coligadas e controladas e os bens adquiridos com os recursos.

23 Partes relacionadas

(a) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal chave da administração é composto pela Diretoria eleita por ocasião da Assembleia Geral Ordinária com mandato de três anos. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da administração durante o exercício a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 12.160 (R\$ 6.355 em 2018). Estão sendo considerados, para fins de apresentação, o valor dos honorários com o IRRF. Não há concessão ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

(b) Outras operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas compreendem adiantamentos para futuro aumento de capital e dividendos a pagar aos acionistas.

	Valor da transação		Valor da transação		Sal	do em aberto
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018		
Compra de cana-de-açúcar						
Partes relacionadas	21.637	23.173				
Passivo circulante						
Dividendos a pagar						
Dividendos a pagar	-	-	3.584	6.034		
Adiantamento para futuro aumento de capital						
Acionistas			1.320	1.320		
			4.904	7.354		

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Contrato de fornecimento

As Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. possuem contrato de exclusividade de fornecimento de açúcar e etanol convencional junto a Cooperativa dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do estado de São Paulo - Cooperativa, pelo prazo de três anos safras, sendo o contrato renovado a cada safra.

As Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. também são intervenientes garantidoras das operações de venda de açúcar e etanol correspondentes ao contrato firmado pela Cooperativa dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do estado de São Paulo - Cooperativa junto a Copersucar S.A., o qual tem caráter de exclusividade, assegurando diretamente e indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas. Os fatores de risco de preço desse contrato são os indicadores CEPEA/ESALQ para os mercados interno e externo.

24 Patrimônio Líquido

(a) Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado.

Em 27 de julho de 2018 foi proposto e aprovado a integralização e o aumento de capital social das Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. no valor de R\$ 85.286, sem a emissão de novas ações, com a reserva de lucros - Dividendos a deliberar.

Em 28 de julho de 2017 foi proposto e aprovado a integralização e o aumento de capital social da Companhia combinada Usina Santo Antônio S.A. no valor de R\$ 21.984, sem a emissão de novas ações, com a reserva de lucros - Dividendos a deliberar.

(b) Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei n° . 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de lucros a realizar

O saldo de reserva de lucros não poderá ultrapassar o valor do capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

(c) Dividendos e distribuição dos lucros acumulados

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 0,5% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. A distribuição proposta pela administração para os lucros acumulados está determinada como segue:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/03/2019	31/03/2018
Lucro (prejuízo) acumulado	78.919	(2.432)
Lucro líquido do exercício	117.769	101.399
Absorção de prejuízos acumulados	-	7.771
Absorção por aumento de capital	(85.286)	(21.984)
Absorção por dividendos complementares	(2.401)	-
(-) Reserva legal	(5.799)	(4.639)
(-) Dividendos mínimos obrigatórios	(580)	(466)
(-) Efeito adoção CPC 43	(1.788)	(730)
Dividendos a deliberar	100.834	78.919

25 Receita operacional

As receitas operacionais são compostas pela venda de açúcar, açúcar orgânico, etanol, etanol orgânico, produtos orgânicos de varejo, energia elétrica, derivados de levedura, bagaço de cana-de-açúcar e prestação de serviços agrícolas, praticadas no mercado interno e externo.

Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	31/03/2019	31/03/2018
Açúcar	215.452	261.102
Açúcar Orgânico	276.187	216.825
Etanol	541.313	498.363
Etanol Orgânico	42.828	45.800
Outros produtos orgânicos	30.631	28.505
Derivados de levedura	10.026	10.237
Energia elétrica	29.303	22.975
Venda de lotes	2.088	2.780
Serviços prestados	6.626	10.017
Bagaço da cana	4.993	6.123
Combustíveis e lubrificantes	2.418	2.418
Outras vendas	2.212	2.353
Receita bruta	1.164.077	1.107.498
(-) Impostos sobre vendas	(107.321)	(87.032)
(-) Devoluções e abatimentos	(3.681)	(3.730)
	1.053.075	1.016.736

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Despesas operacionais por natureza

	31/03/2019	31/03/2018
Despesas operacionais por natureza		
Despesa com pessoal	41.518	36.090
Depreciação e amortização	1.119	1.135
Despesa com comercialização Cooperativa	24.316	26.097
Despesa com comercialização - orgânicos	39.495	32.408
Serviços de terceiros pessoa jurídica	13.834	13.847
ICMS Subst. Tributária e outras operações	6.283	4.983
Outras despesas	11.141	11.300
	137.706	125.860
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função		
Vendas	77.442	71.574
Administrativas e gerais	60.264	54.286
	137.706	125.860

Custo de Produção

O custo de produção das Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. é composto substancialmente por matéria prima (cana-de-açúcar), depreciação de máquinas e equipamentos e da lavoura, prestação de serviços por terceiros, mão de obra e encargos sociais, amortização de tratos culturais e de manutenção entressafra, as quais em conjunto perfazem aproximadamente 98% do total do custo de produção dos produtos acabados.

27 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/03/2019	31/03/2018
Outras receitas operacionais		
Outras receitas operacionais - Cooperativa	128	504
Resultado na venda de ativos	1.685	139
Receita verba indenizatória (Nota 6)	29.405	-
Recuperação de despesas	248	1.364
Outras receitas operacionais	4.496	2.753
	35.962	4.760
Outras despesas operacionais		
Outras despesas operacionais - Cooperativa	(3.573)	(6.249)
Despesa Adto REFIS Lei 1770 - Cooperativa	(1.838)	(1.772)
Resultado na venda de ativos	(235)	(1.051)
Provisões e despesas sobre verba indenizatória (Nota 6)	(3.027)	-
Outras despesas operacionais	(4.193)	(5.358)
	(12.866)	(14.430)
	23.096	(9.670)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Financeiras e cambiais, líquidas

	31/03/2019	31/03/2018
Receitas financeiras		
Operações Cooperativa – PN 66	153	37
Juros aplicações financeiras	9.075	11.297
Juros demais operações e outros	2.768	1.848
Resultado positivo com instrumentos derivativos	8.732	1.728
	20.728	14.910
Despesas financeiras		
Operações Cooperativa – PN 66	(4.178)	(8.683)
Juros apropriados sobre financiamentos	(55.157)	(57.360)
Descontos concedidos e outros	(8.288)	(7.450)
Resultado negativo com instrumentos derivativos	(1.545)	(2.270)
	(69.168)	(75.763)
Variação cambial		
Variação cambial, líquida	(1.856)	(5.559)
	(50.296)	(66.412)

29 Compromissos de compra

As Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. possuem diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga é determinada para cada período de colheita ao término de tal período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA.

30 Compromissos de venda

As Companhias combinadas Usina São Francisco S.A. e Usina Santo Antônio S.A. possuem compromisso de venda de energia elétrica, conforme contrato de comercialização.

31 Cobertura de seguros

As Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de março de 2019, a cobertura de seguros era feita conforme abaixo:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras combinadas em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Riscos cobertos	Cobertura máxima (*)
Equipamentos	100.000
Lucros cessantes	35.000
Estoques de produtos orgânicos	50.000
Estoque de etanol em poder da Cooperativa	208.037
Estoque de açúcar em poder da Cooperativa	172.246
Recall	3.000
D & O	15.000
Responsabilidade Civil Geral	5.000

^(*) Correspondente ao valor máximo das coberturas para diversos bens e localidades seguradas. A cobertura máxima é compartilhada entre a Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A.

* * *